

PADRÕES DE CRIMINALIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: o centro do Rio de Janeiro

Patterns of Crime and Public Space – Downtown of Rio de Janeiro

David Morais ^(a)

^(a) Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal (NESPC), Rio de Janeiro, RJ – Brasil, e-mail: dmorais@databrasil.org.br

Resumo

O centro das cidades exerce papel importante no cotidiano dos seus moradores, seja por concentrar as atividades comerciais e financeiras, seja por ofertar locais de lazer e divertimento. O modo pelo qual são organizados e mantidos os espaços públicos dessas áreas são fundamentais no entendimento e na análise dos níveis de criminalidade e seus reflexos sobre a população. Aqui estaremos centrados no estudo da área central da cidade do Rio de Janeiro, área que tem sofrido ao longo dos últimos anos um forte processo de degradação física, que por sua vez, trouxe em seu bojo o agravamento do sentimento de insegurança, por aqueles que circulam por suas ruas e imediações, em qualquer horário do dia ou da noite. A rua, que sempre representou a polis, o livre comércio, a troca e o lazer, que simbolizava a liberdade da cidade, tem hoje o seu sinal duplamente invertido: é o lugar do perigo, da luta pela vida, do encontro com a morte. Este trabalho busca por objetivo analisar, com base nas informações policiais oficiais, o padrão ou padrões de criminalidade detectadas nesta área, a localização geográfica dos fatos de maior incidência dos delitos, durante o período de 2003 a 2008.

Palavras Chave: Rio de Janeiro, centro da cidade, medo, criminalidade, geografia do crime.

Abstract

The center of a city has an important role in the daily lives of its residents, either by the fact that it is the focus for commercial and financial activities, or by offering places of leisure and fun. The way in which the public spaces of these areas are organized and maintained are essential for the analysis and understanding of the crime levels and its consequences on the population. Here we focus on the studying of the central area of Rio de Janeiro, an area that has suffered in recent years a strong process of physical deterioration, which in turn has brought itself into the deterioration of the sense of insecurity for those who need to be in their streets and surroundings at any time on day or night. The street, which has always represented the polis, free trade, exchange and leisure, which symbolized the freedom of the city, has now reversed its sign twice: the place of danger, the fight for life, the encounter with death. This paper aims to examine, based on official police information, the pattern or patterns of crime found in this area, the geographical location of the facts of highest incidence of crimes during the period from 2003 to 2008.

Keywords: Rio de Janeiro, the city center, fear, crime, geography of crime.

INTRODUÇÃO

A população residente nos grandes centros urbanos brasileiros - em nosso caso a cidade do Rio de Janeiro - tem vivido ao longo das últimas décadas sob o espectro do binômio violência-segurança, situação que, paulatinamente, mina as condições de vida e os indicadores de bem estar da população. Nos últimos anos, porém, acrescentou-se um terceiro ingrediente: o medo, elemento que passa a compor o dia a dia do cidadão e remete não só à questão da proteção aos direitos humanos, principalmente a proteção à vida como direito fundamental, como tem reflexo direto nos níveis de urbanidade e econômicos da cidade.

A questão do medo tem sido tradicionalmente enfocada a partir das análises estatísticas das incidências criminais compiladas pelos órgãos de segurança pública. Também são encontrados estudos que adotam *surveys*, procurando avaliar, quantitativamente, níveis de vitimização apresentados pela população de determinada região ou cidade.

Entender essa problemática, porém, requer tratar a cidade como um local privilegiado para se observar os padrões de atitudes e comportamentos dos cidadãos e de seu relacionamento com o espaço público. Neste convivem os mais diversos grupos sociais em movimentos ora conflituosos ora harmônicos, organizados sob variados contornos tais quais as infindáveis formas obtidas com a movimentação de um caleidoscópio, podendo ser operados simultaneamente. É nessa sucessão rápida e cambiante de circulação que os indivíduos criam, desenvolvem e praticam suas ações políticas, sociais, econômicas e culturais.

Sendo assim, nosso trabalho objetiva não só deslocar o foco da questão da simples caracterização dos crimes e criminosos, mas apresentar informações que ajudem a refletir sobre como o cidadão comum reage à violência (real ou potencial) e quais as implicações deste comportamento na sua percepção sobre o centro da cidade e nos mecanismos elaborados com fins a sua autoproteção no ir e vir por essa área.

ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA

A cidade do Rio de Janeiro é mundialmente conhecida pelas suas belezas naturais que encantam todos aqueles que a visitam. Sua região central possui as mais antigas construções que remontam o período colonial brasileiro, ruas estreitas pavimentadas por pedras e, ainda hoje guardam, espalhados por ruas e vielas, os esplendores daquele período.

O centro da cidade tradicionalmente se caracteriza pela impessoalidade e pela frieza nas relações sociais estabelecidas entre aqueles que, cotidianamente, transitam por suas ruas e

praças. Tal tensionamento nos contatos entre os transeuntes é devido, em grande parte, pelas complexas redes de interações criadas e mantidas pelos membros das distintas subculturas, que ocupam as ruas e praças do centro da cidade. Nesse ponto, poderíamos apontar como sendo dois os elementos mais importantes no entendimento do por que do aumento do crime e as taxas de urbanização, são o fato do centro da cidade ser o amálgama de dois mundos: por um lado, o “market place” apontado por Weber (1966), por aglutinar em sua áreas centrais as principais atividades econômicas da cidade, e, concomitantemente, é o mundo dos “estrangeiros” (SIMMEL, 1980), em função da impessoalidade no trato entre aqueles que trabalham nessas áreas ou por aquelas pessoas que circulam esporadicamente por ele. Neste sentido estaremos analisando as implicações da violência sobre os espaços públicos, entendidos aqui como um espaço

“[...] protect the rights of user groups. They are accessible to all groups and provide for freedom of action but also for temporary claim and ownership. A public space can be a place to act more freely [...]” (CARR, 1992, p.19-20).

Entretanto, a cidade tem apresentado nas últimas décadas um crescimento enorme de sua população e trouxe consigo não só a deterioração física da do espaço urbano, como também a deterioração social. E dessa, o aumento da criminalidade é marca indelével. Mais contundente, porém, do que o próprio crime tem a emergência de um novo problema: o medo dos cidadãos em circular pelas vias públicas. Essa realidade é patente na percepção do carioca ao apontar o binômio natureza-pontos turísticos como o que existe de melhor na cidade (56,0%), ao passo que violência-segurança ocupariam o extremo oposto dessa percepção com (75,0%) de opiniões contrárias (IBOPE, 2008).

Quanto à questão da violência e do medo nos grandes centros urbanos, muito se tem discutido no campo das ciências sociais a respeito de como produzir indicadores confiáveis de criminalidade. Em qualquer esfera da administração pública brasileira, é fácil reconhecer que não há qualquer sistemática na produção de indicadores, impedindo a análise e a orientação das políticas públicas. Mas os indicadores de criminalidade têm uma relação no mínimo problemática com a produção da sensação de segurança.

A diminuição no número de crimes produziria um aumento na percepção social da ordem pública? Pelo menos nos níveis de incidência criminal que conhecemos hoje, é razoável pensar que seria necessário uma variação bastante acentuada para ser percebida pela sociedade. Isso sem considerar o efeito inercial das experiências, onde por um longo tempo as

pessoas teriam a memória de ocorrências desagradáveis. A suposição inversa parece que vai se tornando cada vez mais atraente para os planejadores da segurança pública: um aumento na sensação de segurança poderia ter um impacto significativo na redução dos próprios índices de criminalidade.

Esta é uma hipótese central no programa tolerância zero, exportado a partir de Nova York como solução para a questão da segurança. Reduzindo a visibilidade da desordem, a população resgataria sua auto-estima e, a partir daí, retomaria controle sobre o espaço urbano, diminuindo as possibilidades de entrada numa carreira criminal.

Por trás desta teoria, está um reconhecimento da vinculação desta sensação de segurança com a forma como se estrutura o espaço público. A materialidade da ordem se transformaria em ordem propriamente dita. Produzir segurança – e aqui voltamos aos aspectos não policiais da questão – seria oferecer um espaço urbano ordenado, o que talvez possa ser associado à qualidade de vida. Em vez da ação segregacionista que vinha prevalecendo, expressa em grades e condomínios fechados, uma intervenção de caráter mais amplo oferecendo iluminação, conservação de prédios, presença do poder público que atinja áreas carentes da cidade.

UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Observa-se, nos últimos anos, a mudança do foco de análise da criminalidade. Enquanto as pesquisas, tradicionalmente, focam sua atenção nas motivações dos criminosos, os recentes trabalhos nessa área têm se devotado a buscar explicações sobre os eventos criminais, preocupados em enfatizar o local onde ocorrem tais fatos como a principal perspectiva. A localização do crime surge como o elemento de primária importância na avaliação da criminalidade, como também na busca de formas de prevenção do crime (CANO, 1997; RENGERT; PELFREY, 1995; Grogger; Weatherford, 1995; MORAIS, 1997, 1998; PAIN, 1997; TIRELLI, 1997; WEISBURD, 1997).

Nesse sentido, a ‘teoria da escolha racional’ surge como uma das perspectivas explicativas da vinculação entre o lugar e o evento criminoso, na medida em que sugere o estabelecimento de um processo cognitivo por parte do indivíduo, com vistas à construir um relacionamento entre objetivos e a determinação de um significado de uma ofensa, em vias de ser cometida, de modo a torná-la racionalmente explicável. Indivíduos calculam racionalmente custos e benefícios tanto dos atos criminosos como não criminosos. Ademais, nesse cálculo é

considerado outro elemento desse processo cognitivo, que é a probabilidade de ser pego pelo ato (BECKER, 1963; CORNISH; CLARKE, 1986).

Em outras palavras, parte-se do pressuposto que criminosos realizam escolhas sobre quando, onde, quanto e contra quem irão cometer um ato criminoso, tendo por base conhecimentos obtidos “a priori” sobre o ambiente e objetivos. Para tanto, selecionam vítimas lucrativas, aqueles que pelos seus cálculos consideram serem mais fáceis de serem dominadas e passíveis de serem atacadas em locais escuros ou afastados.

A ‘teoria da atividade rotineira’ é outra perspectiva de vincular o local à ocorrência de crimes. Para tanto coloca em evidência que para ocorrer um crime é necessária a confluência concomitante de três elementos centrais: a motivação do indivíduo em cometer um ato ilícito, a existência de um alvo apropriado e a falta de uma segurança adequada (COHEN; FELSON, 1979).

Esta perspectiva é posteriormente refinada por Eck (1994), ao introduzir um terceiro elemento acerca da ausência da segurança adequada. Com base nos trabalhos de Felson e integrando o lugar na perspectiva da atividade rotineira Eck (1994) propõe a introdução de um terceiro controlador: *place manager*. Este novo controlador cuidaria efetivamente de um determinado lugar, ao regular o comportamento nos locais onde exerce seu controle. Assim, a presença de qualquer destes controladores terá o poder de inibir a emergência do comportamento criminal, ao passo que sua ausência pode promovê-lo.

O suposto desta abordagem é que decisões para a seleção de alvos são racionais, envolvendo ponderações de custos e benefícios acerca da viabilidade da realização de certos tipos de delitos em condições particulares. Embora os agressores não tenham domínio total das informações necessárias para esta ponderação, eles deliberam racionalmente de acordo com um contexto espacialmente e temporalmente definidos, envolvendo pessoas e objetos.

Uma das conseqüências importantes sugeridas pela exploração do modelo é a de que cada um dos fatores deve ser observado a partir de indicadores distintos conforme o contexto sócio-econômico. Em termos teóricos, isso significa que em determinados contextos os constrangimentos sócio-institucionais da atividade criminosa serão mais centrais na definição do tipo de atividade delinqüente do que os custos de oportunidade derivados dos recursos controlados pelos agentes de delitos. Em outras palavras, o grau de desenvolvimento de um local corresponderá uma pauta de delitos, que estão relacionadas com as referências de ordem cultural e ordenam estruturas de preferência que orientam a ação criminosa (FELSON, 1996; FELSON; CLARKE, 1998).

Da combinação da teoria de escolha racional em conjunto com a teoria da atividade rotineira obtemos um terceiro modelo teórico denominado de ‘teoria dos padrões criminais’, que se propõe a auxiliar no processo de análise explicativa da distribuição dos crimes em seus diversos locais de ocorrência. Argumenta que o criminoso age racionalmente e enquanto engajado em suas atividades rotineiras observa os lugares que não possuem vigilância e administradores locais. Os modos pelos quais estão dispostas na cidade as vítimas e a localização de potenciais alvos, por sua vez, chamam a atenção dos potenciais criminosos e exercem influência na distribuição dos eventos criminais no tempo e no espaço (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1993).

Este processo de reconhecimento do terreno é construído tendo como base a idéia de que o cidadão, no seu dia-a-dia, ao circular pela cidade com destino ao local de trabalho, sua residência, para o lazer, etc. observa e memoriza estes trajetos, modelo cognitivo análogo ao do indivíduo criminoso com interesse em escolher futuros possíveis alvos. Em suma, todas as pessoas possuem um padrão geográfico de circulação: este é o pressuposto básico da teoria do padrão criminal.

Assim, as atividades sociais no entorno de um local interagem simultaneamente com o ambiente físico deste mesmo local de modo a influenciar na probabilidade de o crime ocorrer. A importância do local como elemento propiciador do maior entendimento acerca dos crimes ocorridos nas urbes modernas, devido ao fato de as ocorrências criminais não serem randomicamente distribuídas pelo espaço, mas agrupadas em certas áreas (BLOCK; BLOCK, 1995, p. 147), originaram diversos estudos sobre a prevenção de crimes. Em face desta abordagem, detecta-se uma rotação no posicionamento analítico de enfocar a questão do crime, devido ao fato de estes atos apresentarem maiores concentrações em determinados pontos da cidade, chamada *hot spots*. Sherman (1995, p. 36) definirá áreas de *hot spot* como sendo “a small place in which the occurrence of crime is so frequent that it is highly predictable, at least over a one year period”.

São estes locais, que apresentam alta concentração de oportunidades para a ocorrência de crimes, por fornecerem alvos fáceis e compensadores, ou por apresentarem dificuldades de ordem técnica ou física para a implementação de mecanismos eficientes de controle social e vigilância. O modo pelo qual as pessoas percebem e introjetam a sensação de segurança/insegurança na geografia da cidade é elemento fundamental compreensão do fenômeno do ‘medo do crime’ nos grandes centros urbanos. Essa percepção habilita os indivíduos a reconhecerem o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia, bem como o relacionamento existente entre eles e sua vizinhança, seu território ou, para usar a linguagem dos grupos de rua, seu ‘pedaço’. E os

leva, ainda, a julgarem a importância dos acontecimentos em ‘outros’ lugares “nos pedaços de outros povos” (HARVEY, 1980; ReENGERT; PELFREY, 1995; SASSON, 1995).

A literatura sobre o que se conceitua como sendo ‘medo do crime’, suas causas e expressão espacial é considerável. Partimos da conceituação de Ferraro e La Grange (1987), segundo a qual o medo reflete, de modo geral, a percepção cognitiva sobre a segurança em um bairro ou região. Esta definição foi posteriormente adotada por Rountree e Land (1996) sob o conceito de ‘medo cognitivo’ associado à percepção de risco. No entanto, Ferraro e La Grange (1987) apresentam um elemento novo na abordagem do tema, ao caracterizarem o medo como uma reação emocional, pessoal e afetiva frente à possibilidade de ser vítima de um tipo específico de crime. Esta perspectiva se evidencia em Lotz (1979) e Gates e Rohe (1987), quando enfocam a dimensão ‘afetiva’ do medo do crime, como uma experiência associada à percepção do risco pessoal de ser vitimizado, mais comum no caso das mulheres e das pessoas idosas.

A presença de um componente emocional embutido na percepção do que se entende por medo do crime entre os diferentes grupos populacionais cria, por sua vez, um problema na fundamentação metodológica, quando se deseja realizar a sua mensuração, principalmente pela dificuldade em distinguir entre o medo gerado pela sensação de vulnerabilidade, daquele proveniente do cálculo da percepção do risco. Ademais, percepções, atitudes e aspirações dos indivíduos sofrem alterações substanciais conforme o gênero, faixa etária, etnia, classe social e ocupação. Smith (1987) apresenta uma extensa e complexa gama de fatores causadores do medo do crime que, em última instância, corroboram a idéia de que este sentimento é socialmente construído.

A dimensão de gênero, por exemplo, é objeto de ativa reflexão e produção de trabalhos acadêmicos e práticos, e tem seu foco no medo dos assédios sexuais, assaltos e agressões violentas (MORAIS; CARVALHO, 2006), sendo que o estupro ocupa posição proeminente nesta questão (SMITH, 1987), enquanto o constrangimento do comportamento feminino tem sido caracterizado como a “expressão espacial do patriarcalismo” (VALENTINE, 1989; 1992; PAIN, 1991; 1997).

Não podemos deixar de mencionar a importância dos aspectos ambientais – físicos e sociais - sobre a percepção do que seja perigoso ou não, enfocados no clássico trabalho *Broken Windows*, desenvolvido por Wilson e Kelling (1982) e posteriormente revisado e ampliado por Kelling e Coles (1996). Estes fatores ambientais são entendidos como geradores do medo, principalmente quando associados à combinação das incivilidades físicas e sociais (SKOGAN, 1990). Dentre os sinais de declínio físico, que podem significar ameaças,

incluem-se as evidências de vandalismo, o lixo espalhado pela calçada, paredes repletas de grafites e prédios abandonados. Em conjunto, estes sinais de deterioração sugerem tanto a falta de uma coesão da comunidade como a desorganização social (HEBERT, 1993). Similarmente, ameaças podem estar socialmente associadas à presença de ‘indesejáveis’ como, por exemplo, mendigos com atitudes violentas, bêbados, prostitutas, usuários de drogas e grupos de jovens barulhentos.

Broken Windows influenciou no desenvolvimento daquilo que passou a ser conhecido como ‘tolerância zero’, modelo estabelecido e disseminado a partir do Departamento de Polícia de Nova York, “fruto do período de vigorosa re-engenharia organizacional”, que causou furor entre os políticos por apresentar resultados favoráveis na diminuição da criminalidade.

Algumas das visões do fenômeno, apresentadas por arquitetos, geógrafos, fotógrafos, artistas plásticos, sociólogos, urbanistas, dentre outros especialistas (ELLIN, 1997), apontam que o sentimento de medo pode ser expresso de maneiras diversas, de acordo com a fonte disseminadora: a forma arquitetônica que as construções das casas e edifícios começam a apresentar, a atitude hostil com os “moradores de rua” e, até, a desconfiança à nova cultura cibernética que chegou de vez em nossas vidas.

Estas idéias estão presentes na chamada ‘criminologia ambiental’, onde as características micro espaciais do lugar e de sua localização são vistas como elementos importantes para o entendimento da distribuição espacial e temporal do medo. Ambientes completamente quando, acarretando o medo, passam a ser evitados. As regiões centrais das cidades são o exemplo clássico destas percepções: durante o dia apresentam um fervilhar de pessoas e carros circulando, enquanto à noite estão quase desertas - e os poucos que circulam pelas suas ruas movimentam-se de modo rápido e amedrontado (KIRK, 1988; 1989).

Arelada a essa dimensão espacial, devemos considerar também a dimensão organizacional dos órgãos de segurança, mais precisamente a polícia e o sistema de justiça, bem como o grau de confiança da população nessas instituições. Recentes pesquisas realizadas com habitantes do Rio de Janeiro e de Niterói sobre a violência na cidade, bem como em relação à avaliação que fazem da atuação da polícia, revela um quadro preocupante: grande parte dos entrevistados considerou que a prática da polícia contribui para o aumento da violência, demonstrando que a instituição não goza da confiança dos cidadãos e é considerada fonte de insegurança. (MORAIS; HERINGER, 1999; MORAIS, 2003; 2005).

De qualquer modo, o medo reflete as experiências individuais e se apresenta sob duas dimensões: a primeira, refere-se à maior propensão a sentir medo do crime em indivíduos experiências de vitimização; a segunda é construída por meio dos relatos das experiências

indiretas de vitimização, sofridas por amigos e parentes próximos, que exercem efeito similar na sensação do medo frente ao crime.

É importante destacar que as percepções negativas sobre a cidade e, em alguns casos, sobre o bairro em que se vive, trazem conseqüências concretas para a vida dos moradores, traduzidas em mudanças de comportamento e em medidas específicas destinadas à sua autoproteção.

Um outro ângulo de análise remete à influência dos meios de comunicação no aumento da sensação de insegurança. Estudos sobre o efeito dos meios de comunicação no inconsciente coletivo, porém, constataam que ele é perturbador e desigual. A divulgação de um crime envolvendo uma menina da classe média residente na zona sul, por exemplo, tem um poder muito mais devastador sobre a sensação geral de insegurança do que dez mortes isoladas em favelas da zona norte do Rio - o que, mais uma vez, assinala a segregação social enfrentada pelas classes sociais mais carentes (OLIVEIRA, 1995).

Assim, considerada todas essas vertentes de estudo, chegamos a uma conceituação, a ser levada em conta em nosso trabalho: o **medo** como a combinação de um conjunto de ações e representações sociais - de cunho emocional, pessoal e afetivo - perpetradas pelos indivíduos frente à possibilidade de ser vítima de um tipo específico de crime.

RESULTADOS

Os dados utilizados são provenientes de duas fontes. A primeira corresponde a dois *surveys* realizados na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 2003 e 2005.

As coletas dos dados priorizaram logradouros públicos de grande fluxo de transeuntes. No caso do *survey* de 2005, uma amostra robusta com 3820 entrevistas distribuídas por 248 pontos de coleta, cobriu, de forma coerente e consistente, as trinta e uma regiões administrativas que compõem a cidade, segmentados em 10 grandes áreas.

A segunda fonte é proveniente do Instituto de Segurança Pública (ISP)¹ e composto por dados agregado mensais dos registros policiais ocorridos na jurisdição da 5ª Delegacia de Polícia, responsável pela área central da cidade do Rio de Janeiro, referentes ao período de 2003 a setembro de 2008 e, os microdados das ocorrências no período de 2005 a junho de 2008, onde são discriminados os locais dos fatos policiais.

Ao longo das últimas décadas, a cidade do Rio de Janeiro tem sofrido mudanças significativas, relacionadas ao seu processo de urbanização, ao crescimento demográfico, à

¹ Instituto de Segurança Pública, órgão estatal encarregado no tratamento e disseminação dos dados policiais no Estado do Rio de Janeiro.

concentração urbana e a metropolização. Paralelamente, a sociedade carioca enfrenta um problema que a deixa, dia após dia, mais amedrontada, até mesmo em relação ao simples ato de sair de casa: o crescimento da criminalidade urbana. Em função da inquietação do carioca frente a sua segurança, um dos elementos fundamentais da cidadania é colocado em dúvida: o direito de ir e vir com segurança pela cidade.

É grande a preocupação da população com relação à violência, como atestam os resultados das pesquisas. Sobressai o ano de 2003 por apresentar o maior percentual de ‘muito grande’ e ‘grande’ preocupação: 86,4%. Mas, em 2005, apesar de apresentar percentual inferior a 2003, oito entre dez cariocas persistem em confirmar a sua preocupação com a violência. Esse desassossego da população tem por desfecho a alteração dos seus hábitos e comportamentos.

Um dos elementos fundamentais da cidadania, o direito de ir e vir com segurança pela cidade, é colocado sob cheque ao se observar os resultados de *surveys* (DATABRASIL, 2003; 2005), quando cruzamos as perguntas “quando anda por aqui, neste local, o(a) Sr (a) se sente seguro ou inseguro” versus “quando anda pelas ruas e praças, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro” , nesse momento a opinião dos entrevistados, quanto ao sentimento de segurança / insegurança se mostra com clareza. Seja qual for o espaço público de coleta, bairro ou cidade, a opção se sentir ‘inseguro’ é a mais apontada por 35,8% e 48% em 2003 ao passo que em 2005 teremos 32,1% e 50,7% respectivamente para os quesitos. Observa-se que a insegurança no local de moradia pequena queda , ao passo que a cidade apresenta um acréscimo de 2,7 pontos percentuais

A soma de ‘inseguro’ mais ‘muito inseguro’ aponta respectivamente 37,6% para os espaços públicos nos bairros e 67,2% na cidade. Essa percepção, corrobora mais uma vez, a idéia de que o desconhecido – a cidade – é mais inseguro que o conhecido – o bairro.

Ao subdividirmos a cidade em 10 estratos, observamos serem os moradores do estrato oeste III aqueles que mais se consideram ‘seguros’ em transitar por ruas e praças de seus bairros, ao passo que estes mesmo locais quando localizados no centro da cidade, como esperado, apresentam os seus próprios moradores como aqueles mais seguros em transitar por suas vias de circulação.

TABELA 1 - Quando anda pelas ruas e praças perto de onde mora, o (a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro?

Nível	2003	2005
Muito seguro	2,3%	1,7
Seguro	30,0%	36,7
Mais ou menos seguro	22,8%	23,8
Inseguro	35,8%	32,1
Muito inseguro	9,2%	5,5
NS/NR	-	0,1
Total	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

TABELA 2 - Quando anda pelas ruas e praças perto de onde mora, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro?

Estrato	Muito Seguro	Seguro	Mais ou menos Seguro	Inseguro	Muito Inseguro	NS/NR	Total
Centro	0,3	29,2	17,0	47,8	5,5	0,3	100,0
Norte I	1,6	32,1	28,2	32,1	5,7	0,3	100,0
Norte II	2,1	39,8	17,5	33,2	6,8	0,5	100,0
Norte III	1,6	33,2	34,8	28,5	1,8	-	100,0
Norte IV	2,1	34,6	28,3	29,1	5,8	0,3	100,0
Norte V	1,6	28,3	23,6	38,7	7,9	-	100,0
Oeste I	1,8	23,6	27,8	41,2	5,2	0,3	100,0
Oeste II	0,8	53,4	18,8	23,8	3,1	-	100,0
Oeste III	1,3	43,5	18,6	33,8	2,9	-	100,0
Sul	2,9	35,2	25,2	28,3	8,4	-	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

TABELA 3 - Sentimento de insegurança quando anda pelas ruas e praças do centro do Rio

Grau	2003	2005
Muito seguro	1,8%	2,6
Seguro	10,5%	12,3
Mais ou menos seguro	17,2%	16,0
Inseguro	48,8%	50,7
Muito inseguro	21,6%	16,5
NS/NR		1,8
Total	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Mas, quem são as pessoas que alteraram de alguma maneira o seu cotidiano, em função dos casos de violência na cidade do Rio de Janeiro? O grupo é constituído sobremaneira por pessoas do sexo feminino (60,5%), com idades pertencentes à faixa etária acima dos 49 anos (31,5%), nível educacional equivalente ao 2º Grau (31,3%); quanto à condição de trabalho são autônomos (24,8%), pertencentes à faixa mensal de rendimento entre 1 e 3 SM (36,8%), casados ou convivem maritalmente (43,5%), de cor branca (52,2%), residem em casas (60,7%) que são próprias (71,1%); não consideram que o local onde estão suas residência seja uma favela (78,1%) e afirmam não morar perto de favela (55,5%).

Os percentuais de pessoas que afirmam terem mudado suas atitudes e / ou comportamentos devido à violência na cidade do Rio de Janeiro apresentam-se consistentes ao longo das nossas pesquisas, embora possa ser observado um considerável declínio na última pesquisa (41,9%) em relação a 2003 (50,0%).

TABELA 4 - No seu dia a dia, alguma coisa mudou por causa da violência ?

	1993	2003	2005
Não	54,1%	50,0%	58,1
Sim	45,9%	50,0%	41,9
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Os dados obtidos entre aqueles que afirmaram terem mudado suas atitudes e / ou comportamentos corroboram o crescimento, já detectado em outros estudos, do sentimento de temor da população carioca em circular pelas vias públicas. Esta atitude exerce um efeito perverso sobre a população: deixa-se de sair nos horários noturnos por receio de sofrerem algum tipo de violência, as atividades sociais diminuem sensivelmente e se eleva o nível de suspeita em relação aos demais transeuntes da cidade. Em última instância, vive-se com medo e inseguro. Ademais, há o enfraquecimento do nível de confiança em relação às instituições encarregadas de zelar pela segurança pública².

Essa desconfiança nas instituições ligadas ao controle e prevenção da ordem pública no Rio de Janeiro e, a conseqüente avaliação negativa é observada de longa data. Em pesquisa realizada em 1993 (DATABRASIL, 1993)³, os percentuais de desconfiança na atuação da polícia carioca: e no judiciário apresentavam consideráveis valores negativos 63,2% para a

² O centro do Rio de Janeiro faz parte da 13ª Área Integrada de Segurança Pública, composta pela 5ª Delegacia de Polícia Civil, o 13º Batalhão de Polícia Militar e a 1ª Inspeção da Guarda Municipal.

³ Ver Databrasil (1993), nessa pesquisa os partidos políticos aparecem como sendo a instituição com menor credibilidade para os cariocas..

Polícia Civil e 70,3% a Polícia Militar e a Justiça recebiam 54,4% de não confiabilidade (DATABRASIL, 2003).

Essas desconfianças perduram na pesquisa realizada em 2005 (DATABRASIL, 2005), suas atuações estão indo de mal a pior. Para os entrevistados a mais confiável, mesmo assim com 27,1% de confiabilidade é a Polícia Federal, vindo a seguir a o poder judiciário. No quesito menos confiável, a Polícia Militar apresenta em primeiro posto (68,1%), vindo a seguir a Polícia Civil (61,3%). Os dados referentes a essa mesma pergunta em 2008, observam-se uma pequena melhora no nível de inconfiabilidade da Polícia Militar (65,0%), o mesmo ocorre em relação a Polícia (57,0%).

Por seu turno, mesmo não sendo uma instituição que tenha pr propósito a manutenção da segurança pública, a Guarda Municipal (BRETAS; MORAIS, 2005) apresenta níveis de desconfiança bem abaixo do que as apresentadas pelas duas instituições anteriormente mencionadas, em 2003 tendo-46.6% de entrevistados que não depositavam desconfiança em seu trabalho, sobe para 51,9% em 2005 e, na última pesquisa realizada pelo IBOPE o nível de desconfiança é de 45,0%, menos ao apurado na pesquisa de 2003.

Se formos tomar como modelo ideal que, as vias públicas deveriam oferecer aos seus usuários uma convivência harmônica, sem que um seja mais ou menos valorizado que o outro. Para tanto, as vias devem ao propiciar boas condições de trafegabilidade, tanto de pedestres como de veículos, manutenção e qualidade urbana, compatíveis com o uso do entorno e com o desejo de seus habitantes, incentivando a utilização dos espaços públicos de modo a promover o convívio social. O mesmo raciocínio se aplica aos passeios públicos destinados primordialmente destinados à circulação de pessoas, independente de idade, estatura, limitação de mobilidade ou percepção, com autonomia e segurança.⁴

Entretanto o que nos deparamos é o crescimento do número de trajetos e locais urbanos transitados pela população que passam a fazer parte do rol de preocupações e análises cotidianas das pessoas, receosas em transitar por áreas da cidade mais degradadas fisicamente, consideradas pelo senso comum como as mais propensas a causar algum tipo de violência aos seus transeuntes: nesse aspecto, observa-se o crescimento nos valores percentuais em todos os comportamentos analisados, com ênfase nos quesitos ‘prestar atenção às pessoas’ e ‘evita passar em alguns lugares’. Podemos, pois considerar que tais atitudes implicam, em última instância, na necessidade de uma maior atenção, por parte das autoridades governamentais, no

⁴ Veja o excelente trabalho de Jacobs (1961) sobre os usos do passeio público.

estabelecimento de políticas públicas voltadas para a revitalização dos espaços mais degradados da cidade.

TABELA 5 - O que mudou na atitude / comportamento das pessoas
(para aqueles que sofreram algum tipo de violência)

	1993	2003	2005
Vive inseguro / tem medo	24,7%	25,2%	16,8
Anda mais atento	18,1%	18,1%	15,0
Sai menos de casa	13,7%	19,2%	6,1
Não sai à noite	9,0%	29,4%	25,5
Restrição de horários	-	-	8,3
Evita certos locais	-	-	6,8
Outros	34,5%	8,1%	21,5
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

É, também, sintomático o comportamento em relação ao porte de arma⁵ que apresenta tendência do crescimento percentual entre as três épocas, o que atesta o uso e porte de armas pelo cidadão carioca, além de demonstrar pouca confiança nos órgãos de segurança pública.

TABELA 6 - Mudança ocorridas no comportamento em face da violência
(aplicado a todos os entrevistados)

	1993			2003			2005		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Presta atenção às pessoas	68,1%	31,9%	100,0%	92,1%	7,9%	100,0%	87,0	13,0	100,0%
Evita passar em alguns lugares	65,7%	34,3%	100,0%	85,8%	14,2%	100,0%	86,0	14,0	100,0%
Tranca em casa	47,6%	52,4%	100,0%	61,1%	38,9%	100,0%	60,7	39,3	100,0%
Não sai à noite	39,1%	60,9%	100,0%	55,3%	44,7%	100,0%	57,8	42,2	100,0%
Não usa nada de valor	38,7%	61,3%	100,0%	56,3%	43,7%	100,0%	55,5	44,5	100,0%
Esconde dinheiro	30,7%	69,3%	100,0%	50,1%	49,9%	100,0%	43,6	56,4	100,0%
Anda armado	3,7%	96,3%	100,0%	4,1%	95,9%	100,0%	4,2	95,8	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

No que tange a distribuição dos logradouros com maior número de incidências criminais, segundo os microdados fornecidos pelo ISP para o período de 2005 a 2008, apresentam três locais dentre aqueles de maior evidência em registros policiais. Os chamados *hot spots*

⁵ Mesmo sendo uma pesquisa com garantias de anonimato do entrevistado, é provável encontramos uma grande omissão dos proprietários de armas, especialmente daqueles detentores de armas ilegais

cariocas seriam: em primeiro lugar a Avenida Rio Branco, em segundo o Largo da Lapa e no terceiro posto a Rua do Riachuelo. Estes logradouros apresentam características próprias que as transformam não só em pólos geradores da criminalidade, ao proporcionar ao afluxo de pessoas interessadas em práticas criminosas⁶, bem como em elementos atratores criminais ao serem identificados como locais que oferecem maiores oportunidades para a prática criminal, por exemplo: a grande aglomeração de pessoas, o consumo de bebidas, ruas com pouca iluminação.

Neste sentido, a Avenida Rio Branco se constitui em uma das principais artérias de circulação no centro da cidade, marcada pela expressiva circulação de pessoas por suas calçadas no ir e vir entre prédios de escritórios, lojas, bancos e locais de diversão distribuídos por toda a sua extensão, hoje, encontra-se largada à própria sorte, vítima do abandono das autoridades municipais. A circulação de triciclos e motocicletas pelas calçadas da Avenida Rio Branco, notadamente entre a Almirante Barroso e a Presidente Vargas é algo corriqueiro no cotidiano do carioca. Apesar dos esforços da Comlurb⁷ que, realiza um sem números de varrições diárias, as calçadas vivem cheias de papéis e detritos jogados não só pelos transeuntes como, principalmente, pela infinidade de camelôs que se apoderam dos passeios para espalhar seus tabuleiros de venda dos mais variados artigos, sem que a Guarda Municipal consiga por fim a essa situação.

Por seu turno o Largo da Lapa passa nos últimos anos por um processo lento e contínuo de transformação, em função do afluxo de pessoas, das mais variadas classes sociais, atraídos pelas atividades culturais desenvolvidas em suas cercanias. Esta mudança ocorre em maior ênfase a partir da promulgação do Decreto Estadual nº. 26459 de 07 de junho de 2000, quando na oportunidade é criado o Projeto Distrito Cultural da Lapa que, tem como principal objetivo a revitalização da área da cidade degradada fisicamente. Este projeto estende-se do Largo da Lapa até o final da Rua do Lavradio, englobando as seguintes avenidas e ruas: Avenida Mem de Sá, Rua do Lavradio, Avenida Gomes Freire, largo da Lapa, Rua do Lavradio, Rua dos Arcos, Rua Joaquim Silva, Travessa da Mosqueira, Rua do Resende, Rua da Seleção e Rua Visconde de Maranguape. Nesse perímetro são desenvolvidas as mais variadas atividades culturais tais como apresentação de música ao vivo, restaurantes, bares, lojas de antiquários que se transformam em restaurantes no período noturno, etc.

Em função desse ‘revival’ da área da Lapa, constata-se um considerável afluxo de pessoas, das mais variadas classes e procedências da cidade que, para lá se dirigem nas sextas, sábados

⁶ Não podemos nos esquecer do anonimato característico das áreas centrais da cidade.

⁷ Empresa municipal encarregada de realizar a coleta e limpeza das vias públicas na cidade do Rio de Janeiro.

e domingos em busca de lazer e divertimento. Paralelamente, temos o surgimento de ondas de ambulantes que ‘detectam’ esse novo promissor ponto de venda e passam a se estabelecer e mercenciar, indiscriminadamente, pelo calçadão junto aos prédios, em frente aos Arcos da Lapa, e na pista de rolamento da Rua Joaquim Silva, desafiando a fiscalização municipal e servindo bebidas, churrasquinhos e cachorro quente.⁸

O terceiro logradouro de maior proeminência entre aqueles de elevados registros policiais no período de 2005 a 2008 é a Rua do Riachuelo. Esta rua começa na Praça Cardeal Câmara na Lapa e termina na Rua Frei Caneca, é uma importante via de ligação entre a zona norte e o centro da cidade, e caracteriza-se por ser uma rua estreita, com intenso movimento de automoveis, veículos de transporte e de coletivos, além de forte atividade comercial e de lazer.

TABELA 7 - Logradouros da 5ª DP, segundo o número de registros: 2005 a 2008. (Estes microdados cobrem até o mês de Junho de 2008)

Logradouro	2005		2006		2007		2008	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Avenida Rio Branco	477	7,3	739	9,5	854	9,6	511	5,7
Largo da Lapa	459	7,1	424	5,5	678	7,6	471	5,3
Rua Riachuelo	423	6,5	476	6,1	602	6,8	322	3,6
Rua Mem de Sá	409	6,3	501	6,5	560	6,3	354	4,0
Rua Joaquim Silva	257	3,9	-	-	213	2,4	160	1,8
Largo da Carioca	223	3,4	285	3,7	281	3,2	164	1,8
Avenida Almirante Barroso	183	2,8	202	2,6	211	2,4	119	1,3
Avenida República do Chile	179	2,8	229	3,0	329	3,7	159	1,8
Rua dos Arcos	174	2,7	-	-	245	2,8	-	-
Rua do Lavradio	172	2,6	199	2,6	253	2,8	158	1,8
Praça Tiradentes	167	2,6	198	2,6	238	2,7	107	1,2
Avenida Gomes Freire	140	2,2	182	2,3	265	3,0	145	1,6
Avenida Pres. Antonio Carlos	-	-	205	2,6	-	-	-	-
Rua Senador Dantas	-	-	178	2,3	-	-	106	1,2
Avenida Treze de Maio	-	-	-	-	171	1,2	-	-
Total de Registros Policiais	6507	100	7751	100	8901	100	5052	100

Fonte: Microdados fornecidos pelo ISP, trabalhados pelo NESPC/Databrasil

Quanto aos padrões de criminalidade ocorridos na área central do Rio de Janeiro, esta região tradicionalmente se caracteriza por apresentar maior concentração de crimes vinculados aos delitos contra a propriedade, como se observar na tabela a seguir.

⁸ É interessante notar a presença dentre os logradouros de maior incidência de registros policiais, a presença de ruas e avenidas pertencentes ao Projeto Distrito Cultural da Lapa.

Dentre eles, sobressaem os roubos de transeuntes e roubos de aparelhos celulares na qualidade dos mais reportados aos órgãos policiais, observa-se um expressivo crescimento no número de ocorrências de roubos de transeuntes nos três últimos da série. Em contrapartida, os casos de roubos de aparelhos de celulares apresentam uma tendência à diminuição da incidência de registros se forem comparados os valores para o início da série e sua parte final, qual seja 2003 e 2008 respectivamente.

Entre os crimes contra a vida a contribuição mais importante no quantitativo dos registros são as lesões corporais, todavia detecta-se uma tendência na direção da diminuição dos crimes ao longo dos anos em análise, mesmo assim ocupam posição proeminente no cômputo geral dos registros de ocorrências da região central da cidade.

Mesmo com o crescimento quantitativo nos delitos, a atividade policial no que diz respeito à prisão dos infratores caminha em sentido oposto. O número registros de prisões efetuadas pela delegacia da jurisdição, no período em análise, apresentar uma considerável diminuição, mesmo se for levado em consideração os dados para o ano de 2008 não estarem completos (654 registros em 2003, 317 em 2007 e 335 prisões em 2008).

TABELA 1 – Principais delitos ocorridos na área da 5ª DP, segundo o número de registros: 2003 a 2008. (Os dados para 2008 cobrem até o mês de setembro)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homicídio doloso	22	17	14	14	17	9
Lesão corporal dolosa	740	704	691	583	556	497
Roubo comercial	137	113	75	81	61	55
Roubo veículo	72	113	70	68	74	52
Roubo transeunte	436	492	971	1194	1724	1477
Roubo ap. celular	369	238	155	206	241	207
Furto veículo	178	202	176	119	117	163

Fonte: Dados fornecidos pelo ISP, trabalhados pelo NESPC/Databrasil

A análise dos microdados no que tange aos registros do horário da ocorrência do fato criminal apresenta imprecisões no preenchimento do campo específico ou pelo fato da própria vítima não informar, no momento do registro da queixa na delegacia, o horário em que sofreu a violência relatada.

Assim, para a análise da distribuição temporal dos delitos, optamos por dividir as 24 horas que compõem o dia em quatro blocos de seis horas. A primeira observação a ser mencionada acerca dos resultados é aparente homogeneidade nos percentuais encontrados entre as quatro

faixas horárias, e nesse sentimos, podemos aventar como hipótese dessa semelhança nos percentuais o fato da região ser predominantemente comercial.

Entretanto, é na terceira em que há o maior predomínio de ocorrências policiais, momento de maior afluxo de pessoas aos diversos estabelecimentos comerciais e bancários localizados na área central da cidade. Em seguida, em segundo lugar no rol daquelas de incidências policiais temos a quarta faixa horária, e aponta uma alteração não só nas atividades desenvolvidas bem como no perfil daqueles que circulam pelas ruas e avenidas, pois agora os destinos se convergem em direção às áreas onde se localizam os pontos de atividades de lazer e divertimento espalhados pela região.

A faixa de relativa tranquilidade para transitar pelas calçadas do centro da cidade corresponde ao período da manhã – segunda faixa horária -, quando ainda o fluxo de pessoal é reduzido em relação ao período da tarde.

TABELA 2 – Horário dos delitos ocorridos na área da 5ª DP, 2003 a 2008 (Os dados para 2008 cobrem até o mês de setembro).

	2005	2006	2007	2008
00:00 - 05:59	23,5	19,4	20,8	23,6
06:00 - 11:59	19,4	20,8	21,1	23,3
12:00 - 17:59	28,1	28,3	28,4	27,1
18:00 - 23:59	26,7	26,8	26,6	26,0
Sem Informação	2,2	4,6	3,2	-

Fonte: Dados fornecidos pelo ISP, trabalhados pelo NESPC/Databrasil

CONCLUSÃO

A população carioca, nos últimos anos, enfrenta dificuldades cada vez maiores para exercer um dos pilares de sustentação da cidadania: o direito de caminhar por sua cidade livremente, com segurança. As mudanças em suas atitudes e comportamentos, face aos casos de violências ocorridos na cidade, são perceptíveis e denotam o crescente receio em circular pelas vias públicas. O simples ato de sair de casa metamorfoseia-se em um constante sobressalto. A vida se transforma: o medo de andar sozinho pelas ruas, a atenção redobrada para o que ocorre no seu entorno, a restrição de horários e locais e, em situação extrema, seja qual for o motivo ou horário, a própria negativa em sair de casa,.

As implicações dessas atitudes e comportamentos não podem ser negligenciadas. Com o crescimento da sensação de insegurança, as atitudes preventivas dão lugar a comportamentos mais ostensivos de caráter repressivo e/ou reativo, que só fazem agravar o quadro já complexo da segurança pública. Exemplos disso são: tanto o acelerado crescimento dos serviços de

segurança privada, o porte (legal ou ilegal) de armas, a reação violenta a simples situações adversas do cotidiano, como a progressiva desvalorização e privatização do espaço público, consequência de se perceber a cidade como violenta e algumas das suas regiões como ‘vetadas’ à circulação dos cidadãos.

E, uma vez que essas medidas de autoproteção, tomadas por conta própria, estão relacionadas, ao crescente processo de degradação física e social encontrada nas ruas e avenidas que compõem a área central da cidade do Rio de Janeiro. A ocupação e utilização das vias pública pelos mais sortidos tipos de atividades: camelôs vendendo artigos de variadas procedências e tipos, áreas públicas transformadas em verdadeiros bares e restaurantes; o mobiliário urbano e/ou sob as marquises dos edifícios, utilizado como dormitórios, onde são encontradas famílias inteiras pernoitando pelas calçadas; o acúmulo de lixo pelas ruas e calçada; fachadas de prédios completamente pichadas; o desrespeito dos motoristas em estacionar seus veículos sobre as calçadas – acrescente, ainda, o fato destas áreas serem compostas em sua grande maioria por ruas estreitas e mal conservada.

Felizmente, começam a surgir movimentos visando à revitalização de áreas centrais da cidade, seja por iniciativa pública seja pela iniciativa privada ao tomar para si a manutenção e conservação de determinadas áreas da cidade, de modo a tentar sustar a fuga das atividades comerciais em direção a outros bairros da cidade e a crescente debandada de moradores da área⁹.

Entretanto, não podemos deixar de salientar o descrédito da população carioca em relação à atuação dos órgãos de públicos encarregados de zelar pela manutenção das vias públicas e, principalmente pela segurança dos cidadãos. Em matéria de segurança e violência urbana, o consolo do carioca é constatar que o seu antigo sentimento de impotência foi democratizado: o padecimento que a inépcia estatal lhe causa não é atualmente menor que os das camadas mais pobres. Ademais, faz-se também *mister* considerar o grave e recorrente problema do envolvimento de policiais civis e militares em atividades criminosas, corroendo enormemente a legitimidade destes órgãos junto à população.

Assim, frente ao exposto, esperamos ter demonstrado a pertinência e a importância da análise da relação espaço público e medo, na área central da cidade do Rio de Janeiro, como um instrumento capaz de fornecer subsídios para a formulação de políticas de segurança pública.

⁹ Recentes análises da movimentação populacional da área central apontam que nos últimos 20 anos, houve um decréscimo de aproximadamente 50% da população residente, o que esta acarretando a existência de um sem número de prédios abandonados passíveis de serem invadidos pela população sem teto.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. New York: Free Press of Glencoe, 1963.
- BLOCK, R.; BLOCK, C. Space, place, and crime: Hot spot areas and hot places of liquor-related crime. In: J.E. Eck and D. Weisburd, eds., **Crime and Place**. Monsey, NY: Criminal Justice Press; and Washington, DC: Police Executive Research Forum, pp. 145-184, 1995.
- BRANTINGHAM; P. L.; BRANTINGHAM, P. J. Nodes, Paths and Edges: considerations on the complexity of crime and the physical environment. **Journal of Environmental Psychology**, v. 13, 1993
- BRETAS, M.; MORAIS, D. **Guardas Municipais – BH e RJ: Resistência ou inovação?** Brasília: MJ/SENASP, 2005.
- CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L.; STONE, A. **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- COHEN, L.; FELSON, M. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. **American Sociological Review**, v. 44, 1979.
- CORNISH, D.; CLARKE, R. **The reasoning criminal**. New York: Springer-Verlag, 1986.
- DATABRASIL. 1993. **Sondagem Mensal de Opinião**. n ° 8. Rio de Janeiro, janeiro de 1993.
- _____. 2003. **Pesquisa de Opinião**. Rio de Janeiro, setembro de 2003.
- _____. 2005. **Pesquisa de Opinião**. Rio de Janeiro, janeiro de 2005.
- ECK, J. **Drug markets and drug places: a case-control study of the spatial structure of illicit drug dealing**. Maryland, Tese (Doutorado), University of Maryland, College Park, 1994.
- ELLIN, N. **Architecture of Fear**. ed. New York: Princenton Architectural Press, 1997.
- FELSON, M. Preventing Retail Theft: an application of environmental criminology. **Security Journal**, v. 7, n. 1, 1996.
- FELSON, M.; CLARKE, R. Opportunity Makes the Thief. **Police Research Series**, Paper 98, London: Home Office, 1998.
- FERRARO, K.; LAGRANGE, R. The measurement of fear of crime, **Sociological Inquiry**, v.57, n.1, p.70-101, 1987.
- GATES, L.; ROHE, W. Fear and reactions to crime: A revised model, **Urban Affairs Quarterly**, v.22, p. 425-453, 1987.
- GROGGER, J.; WEATHERFORD, H. Crime, policing, and the perception of neighborhood safety. **Political Geography**. v.14, n.6/7, p. 521-541, 1995.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

HERBERT, D. Neighborhood incivilities and the study of crime in place, **Area**, v. 25, p. 45-54, 1993.

IBOPE. 2008. **Pesquisa Rio como Vamos**. Rio de Janeiro, março de 2008.

JACOBS, J. **The Death and Life of the Great American Cities**. New York: Random House, 1961.

KELLING, G.; COLES, C. **Fixing Broken Windows: Restoring order and reducing crime in our communities**. New York: The Free Press, 1996.

KIRK, N. Visual attributes of environments perceived to be unsafe, Environmental Design Research Association, **Proceedings**, v.20. p.173-177, 1989.

_____. "Factors affecting perceptions of safety in a campus environment" In: SIME, Jonathan D. **Safety in the Built Environment**. London: E. & F. N. Spon. p. 285-296, 1988.

LOTZ, R. "Public anxiety about crime" **Pacific Sociological Review**, v. 22, p. 241-254, 1979.

MORAIS, D. **Subsídios para uma Geografia do Risco: O risco sob a perspectiva da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro**, 2005. Tese (Doutorado) - IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Espaços Públicos: Violência e medo na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, NESPC / Databrasil**, 2003.

MORAIS, D.; CARVALHO, M. Análise Sócio-Demográfica da Vitimização Feminina. VII Seminário Internacional Fazendo Gênero, ST 39. Gênero, violência e segurança pública, **Anais**, Florianópolis 28 a 30 de agosto, 2006.

_____.; HERINGER, R. Os Perigos da Cidade: Moradores do Rio de Janeiro e Niterói falam sobre a violência e segurança pública. **Cadernos de Pesquisa Julho**, Rio de Janeiro: UCAM / Databrasil, 1999.

OLIVEIRA, S. **Violência no Rio de Janeiro: Desordem e caos social na cidade maravilhosa – Imagem, leitores, mídia**. 1995, Dissertação (Mestrado) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1995.

PAIN, R. Social geographies of women's fear of crime. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 22, n. 2, p. 231-244, 1997.

_____. Space, sexual violence and social control: integrating geographical and feminist analyses of women's fear of crime. **Progress in Human Geography**, v. 15, n. 4, p. 415-431, 1991.

RENGERT, G.; PELFREY JR, W. Cognitive mapping of the city centre: Comparative perceptions of dangerous places. In: ECK, J.; WEISBURD, D. (Eds.) **Crime and Place. Crime Prevention**, Washington D.C.: Criminal Justice Press (Crime Prevention Studies, v.4), 1995.

ROUNTREE, P.; LAND, K. Perceived risk versus fear of crime: empirical evidence and conceptually distinct reactions in survey data. **Social Forces**, v. 74, p. 1353-1376, 1996.

SASSON, T. **Crime Talk: How Citizen Construct a Social Problem**. New York: Aldine di Gruyter, 1995.

SIMMEL, G. The stranger. In COSER, Lewis A. (ed.) **The Pleasures of Sociology**, New York: Mentor Book, 1980, p. 235-240.

SHERMAN, L. Hot spots of crime and criminal careers of places. In: J.E. Eck and D. Weisburd, eds., **Crime and Place**. Monsey, NY: Criminal Justice Press; and Washington, DC: Police Executive Research Forum, pp. 35-52.

SKOGAN, W. **Disorder and Decline: Crime and the Spiral of Decay in American Neighborhoods**. New York: Free Press, 1990.

SMITH, S. Fear of crime: beyond geography of deviance. **Progress in Human Geography**, v.11, p. 1-23, 1987.

VALENTINE, J. **Women's fear of male violence in public space: a spatial expression of patriarchy**.1989. Tese (Doutorado) - Reading University, Reino Unido, 1989.

_____. Images of danger: women's sources of information about the spatial distribution of male violence. **Area**, v. 24, p. 22-29, 1992.

WEBER, M. **The City**. New York: The Free Press, 1966.

WILSON, J.; KELLING, G. Broken Windows: The police and neighborhood safety. **The Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, p. 29-38, march, 1982.